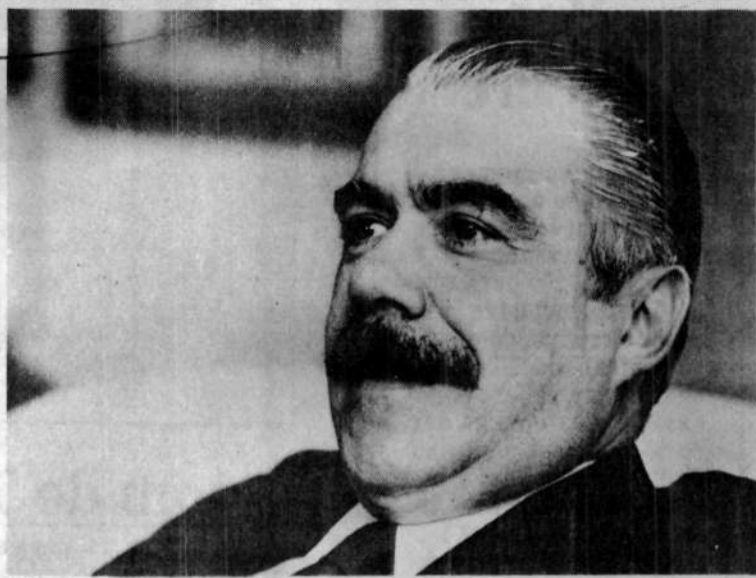


JOSÉ SARNEY:

Governo não deve tutelar a forma de divulgação da propaganda dos partidos políticos



José Sarney, em entrevista ao GLOBO, lamentou os preconceitos que dissociam o Governo de seu partido, que parte para as eleições com a bandeira de haver assegurado votos aos projetos de abertura nos termos propostos pelo Governo. Sarney considerou a Lei Falcão, que regulamenta a propaganda eleitoral pelo rádio e televisão, superada pelos fatos e defendeu o fim da tutela do Governo sobre a forma de divulgação da propaganda dos partidos políticos.

O senhor considera a incorporação do PP ao PMDB um fato irreversível?

— Sob o ponto de vista político, é irreversível pelas consequências que determina nos quadros do PP, neste momento inteiramente perplexos. Algumas áreas do PMDB também ainda não sabem como se comportar em face do contingente que vão receber do PP.

Do ponto de vista legal existem algumas dúvidas. A atual legislação, consagrada na Constituição, prevê que os partidos devem funcionar na base de programas. Este é um ponto muito importante e deve ser considerado. Se a incorporação pode ser feita de cima para baixo, nos destruiremos toda a filosofia de que os partidos políticos devem se organizar na base. Na nova sistemática, adotada pela Constituição, no momento em que o filiado se inscreve no partido, ele deve adotar o programa do partido, se comprometendo com aquelas ideias.

No mundo moderno, o partido definido por Jean Blondel faz parte da vida de todas as pessoas, como todos os objetos, como todas as coisas que utilizamos e que correspondem ao cotidiano do homem moderno. O partido político constitui opção de vida dentro da sociedade. Esta sociedade democrática exige de cada um certa participação, que se faz através da escolha do rumo que devemos seguir dentro de uma convivência democrática. Esta é a opção feita quando foi organizada a lei de reformulação partidária, que retirou da política brasileira a concentração em torno de pessoas, como ela sempre se processava.

Os partidos constituem fonte de estabilidade do Governo e do próprio regime. Sem isso, não há democracia estável. Quando a incorporação é feita colocando milhares e milhares de filiados, por uma decisão de cúpula, dentro de outro programa que esses filiados não conhecem, altera-se toda a filosofia da organização partidária implantada. Este é um problema que a Justiça tem que decidir.

E do ponto de vista político, quais os obstáculos da incorporação?

— A incorporação, além de ter sido desestabilizadora do processo partidário, diminuiu também as opções no início do processo de redemocratização.

Nós estamos voltando, em termos de participação política, a apenas dois espaços: o nosso partido, que é de centro e não tem uma proposta socializante, e os outros partidos que, de uma forma ou de outra, implicam propostas socializantes. Diminuem, portanto, as opções da sociedade, iniciando um processo de confrontação, de radicalização.

Senador, pela sua conclusão, a sigla do PP não estará à disposição dos eleitores a 15 de novembro?

— Não posso fazer essa afirmação. O nosso partido não tem nenhuma ingerência sobre a organização da parte política da incorporação PP/PMDB. Do ponto de vista legal, dentro da filosofia pela qual optamos, temos algumas perguntas que somente serão respondidas pela Justiça.

A Justiça Eleitoral poderá, então, invalidar a incorporação?

— A Justiça não pode invalidar, porque isso é um gesto político. Mas ela terá que fazer cumprir os prazos e os procedimentos que a lei determina. A incorporação não podia ser feita senão com a publicação do programa do PMDB e submetido, portanto, a todos os filiados do PP.

Senador, quem, hoje, ocupa esse espaço político que era do PP?

— Praticamente ninguém ocupava espaço definitivamente, porque estamos

BRÁSILIA (O GLOBO) — A filiação dos partidos do Governo no partido que lhe dá sustentação política é, segundo o presidente do PDS, senador José Sarney, o mínimo que se poderia esperar para que esses servidores tivessem autoridade e responsabilidade para com o partido.

numa fase de transição, onde as forças buscam ocupar esse espaço, e é nessa busca que nos encontramos agora. O PP buscava ocupar a posição de partido de centro e, se desaparece, essa área será ocupada por outra agremiação partidária.

Nesse caso, com a extinção do PP, o PDS teria vantagens, ocupando esse espaço?

— O País tem algumas diferenciações que não podemos jamais deixar de considerar. Em primeiro lugar, as dificuldades regionais: há o Brasil industrializado e o Brasil rural. Dentro da área industrializada, há outras desigualdades sociais que não dão ainda uma consciência política com caráter de esquerda ou de direita ou de centro.

Do ponto de vista legal, o que falta para a realização das eleições deste ano?

— Alguns ajustamentos na legislação eleitoral do ponto de vista formal. Por exemplo, a simultaneidade das eleições e a dificuldade de compor uma chapa que possa evitar nulidades dos votos em larga escala. No processo atual, o eleitor tem que escolher seis candidatos, assinalando nomes e escrevendo números numa mesma cédula.

A solução seria dissociar chapas de eleição majoritária e proporcional?

— Não tenho ideia da solução. Tenho ideia do problema. Temos que encontrar um mecanismo de simplificação do processo de votação, pois embora a lei tenha delegado ao Tribunal Superior Eleitoral o poder de escolha, nós, políticos, não podemos ficar alheios a esse problema.

O senhor tem alguma dúvida quanto à realização das eleições deste ano?

— Nenhuma dúvida. Serão realizadas porque é compromisso do Presidente Figueiredo e de nós, políticos. Também não tenho notícia de que em nenhum tempo, no Brasil, se tenha deixado de realizar eleições. Apenas deixamos de ter eleições num período muito curto, durante a vigência do Estado Novo.

Qual a proposta que o PDS levará para as eleições de 82, diante de plataformas democráticas preconizadas pela Oposição?

— Eu acabo de ler um livro de David Chasal, no qual ele analisa as eleições americanas, a partir dos mentores que ficam por trás dos candidatos a presidente. Ele diz, em relação ao próprio Estados Unidos, que não há uma campanha presidencial. Há apenas campanhas regionais. A campanha presidencial é inteiramente caótica. Ele diz que só há uma campanha mais caótica do que as eleições presidenciais americanas, que é a guerra.

‘A Justiça não pode invalidar a incorporação, porque isso é um gesto político’

Devemos verificar que o que vamos ter são campanhas estaduais. A coisa mais fundamental dessas eleições serão as campanhas estaduais. Cada Estado discutirá seus temas e seus problemas. É uma visão angelista que no Brasil se possa fazer eleição em torno de temas nacionais. Podemos ter plataforma básica, mas no caso da Oposição ela está se dirigindo exclusivamente às áreas de

intelectuais de classes já definidas, e que no Brasil é restrito a poucos Estados. E mais na região Centro-Sul.

As nossas eleições, e isso é muito bom, serão marcadas pelos temas que afetam a vida das populações envolvidas no processo a nível de seus Estados e municípios. Isso é positivo, porque quanto mais regional, mais universal. A nossa plataforma básica será adaptada a algumas regiões.

Temos uma mensagem fácil de ser assimilada: o PDS é hoje o partido da estabilidade política. A abertura política só está sendo viabilizada porque nós, do PDS, assumimos uma posição de defender a redemocratização do País e o nosso aprimoramento democrático. A Oposição acha que a abertura foi uma medida forçada, mas essa é uma tese que falha pela nossa realidade. Se nós, como partido político, não nos dispuséssemos, com a maior sinceridade, e até com sacrifícios, a sustentar este processo, não seria tão acelerado como está sendo.

Quando se falou da anistia, a Oposição dizia que ela não era irrestrita. Votamos a anistia e a Oposição não votou. Hoje a realidade dos fatos mostra que ela foi feita de modo irrestrito e alcançou todos os seus objetivos.

Nós votamos a extinção do AI-5 e a posição oposicionista foi de dizer que a reforma da Constituição era pior que o AI-5. Fomos nós que asseguramos sua extinção. Votamos a reformulação partidária e estamos participando das eleições com este mesmo objetivo.

Essa é uma mensagem grandemente assimilada. As oposições estão muito voltadas para o passado. Tivemos dificuldades de conviver nesses dois anos porque, ao mesmo tempo em que essa mensagem política existia, havia também superposta a ela a crise econômica. Agora começamos a sair da crise econômica. As setas estão sendo invertidas. Caem o índice de desemprego e da inflação, diminuindo cada vez mais. Encontramos números dos ajustamentos sociais que nos dão condição de dizer que estamos no caminho certo.

Senador, o Governo é acusado de dar pouco espaço e participação ao PDS. O senhor vê possibilidades de Governo e PDS se aproximarem mais neste ano eleitoral?

— E preciso que se confunda a imagem do Governo com a do partido. O que verificamos é que muitas áreas do Governo reagem a assumir o PDS como seu partido. São essas áreas as responsáveis pela dissociação do PDS e do Governo. No momento em que o Presidente da República aceitou participar do partido político, se engajando nesse processo e crendo no sistema partidário, diante dessas iniciativas o menor gesto que poderiam ter todos os participantes do Governo seria o de filiação ao partido e de participação no partido, que dá apoio às ideias e ao programa do Governo. Os que participam do Governo deveriam pertencer aos nossos quadros partidários. Esse gesto de filiação ao partido daria aos funcionários da confiança do Governo autoridade e responsabilidade para com o partido.

O PDS tomou alguma iniciativa para conquistar essas áreas que dissociam o partido do Executivo?

— Eles sempre tiveram o preconceito de que a classe política era uma área de sombra, por exercer uma atividade através do jogo de habilidades, quando sabemos que a política não é isso. Ela é muito mais abrangente. Os grandes países do mundo só se afirmaram através do processo político. Essa prevenção resultou numa certa segregação da

classe política, sobretudo nesses últimos anos. Os quadros políticos mingauam-se com a supervalorização do status do técnico.

O processo democrático não se esgota no Congresso nem com os políticos. Hoje, muito mais importante para uma democracia é o sistema amplo de circulação da liberdade, de participação através de associações e grupos de pressão legítimos que, dentro da sociedade, servem não só para pressionar os próprios candidatos, como também para impor a esses candidatos uma certa fiscalização sobre os programas de seu partido.

O PDS vai se munir de algum artifício para capitalizar votos como contrapartida ao gigantesco programa de obras sociais que o Governo pretende desenvolver este ano?

— Nós jamais tentaríamos colocar artifícios em busca de votos. Na realidade, há um certo fosso entre aquilo que o Brasil buscou em termos de desenvolvimento nacional e sua grande dívida social. É fácil construir uma ponte, por exemplo, ou uma obra monumental em dois ou três anos, mas não se pode, nesse mesmo tempo, plantar uma justiça social.

A única coisa que se pode fazer nesse pequeno tempo, sob o ponto de vista social, é uma coisa inteiramente demagógica e lamentável que é o clientelismo, o assistencialismo, que é uma deformação. Essa dívida social é realmente um problema sério, porque a velocidade com que se processou o desenvolvimento econômico não correspondeu à velocidade com que deveríamos implantar o tipo de vida social adequada. Mas nós não podemos ser responsabilizados por esse quadro, que ocorreu nos Estados Unidos, que seguiram a aventura do desenvolvimento econômico e da melhor qualidade de vida para a cidadania.

“Há um fosso entre o que o Brasil buscou em termos de desenvolvimento e sua dívida social”

A sociedade brasileira está ainda hoje em ebulição. E o crescimento desordenado das cidades; é a deficiência de muitos jovens brasileiros, que não têm ensino básico, enquanto outros, em excesso, possuem ensino superior sem mercado de trabalho, gerando, portanto, tensões sociais.

Que tipo de modificação o senador acha que deve ser feita na Lei Falcão?

— A esta altura, os meios de comunicação — rádio, televisão, jornais — ampliaram o debate político e hoje já não há restrição nenhuma ao acesso dos políticos a esses meios.

A abertura política atropelou a Lei Falcão?

— Ela superou a Lei Falcão. No Brasil há leis que não pegam e há outras que são superadas pela realidade. Hoje, o rádio e a televisão no Brasil estão inteiramente colocados dentro do debate político. Permanece apenas o problema de saber como, durante a campanha eleitoral, nós vamos estabelecer a ordenação da propaganda eleitoral. Esse é um assunto que está submetido ao senhor ministro da Justiça e ele, naturalmente, encaminhará a solução.

Nós não podemos criar fórmulas. Cada partido deve fazer a sua propaganda da melhor maneira possível. Nós não podemos adotar fórmulas fixas. Cada vez mais devemos combater essa tese de que o Estado deve tutelar as atividades. Temos uma tendência de regredir para admitir que o Estado deve tutelar até a maneira de partidos e candidatos debaterem na televisão. Na proporção que formos rompendo essa barreira das tutelas, vamos criando mais espaço.